

CONTRATO

“AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O ENSINO PRÉ- ESCOLAR E 1.º CICLO (EB)”

Processo n.º 2021/300.10.005/567

Entre: -----

Município de Sines, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520 -159 Sines, neste ato representado pelo senhor **Fernando Miguel Ramos**, na qualidade de Vice - Presidente da Câmara Municipal de Sines no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 31/05/2021, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

Nautilus, S.A., com o número de identificação fiscal 503 653 179, com sede Rua Senhora da Livração, n.º 1250 a 1300, 4515-161 Foz do Sousa, Gondomar, neste ato representado pelo senhor **Vitor Manuel Alves Barbosa**, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 5686 – 0634 – 2158, subscrita a 26/11/2020 e válida até 26/02/2022, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 19/08/2021, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

A presente aquisição de bens tem por objeto “Aquisição de mobiliário para o ensino pré-escolar e 1.º ciclo (EB2)”, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base ao concurso público, Processo n.º 2021/300.10.005/567, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

Preço Contratual

Pela aquisição de bens, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 59.000,00 (cinquenta e nove mil euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 13.570,00

Documento assinado digitalmente. Quando impresso, o documento constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

(treze mil, quinhentos e setenta euros), o que perfaz o valor global de € 72.570,00 (setenta e dois mil, quinhentos e setenta euros). -----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução é de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

CLÁUSULA QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução. -----

CLÁUSULA QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

CLÁUSULA SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Margarida Mestre, na qualidade de Chefe da Divisão de Intervenção Social; -----

Telefone Móvel: 910 056 901; -----

Telefone Fixo: 269 630 600; -----

E-mail: margarida@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 (dez) dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----

CLÁUSULA SÉTIMA

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

CLÁUSULA OITAVA

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/ 07.01.10.02, cabimento n.º 19858 e compromisso n.º 22094. -----

CLÁUSULA NONA

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

CLÁUSULA DÉCIMA

Disposições Finais

No aqui omisso aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no

artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 17/06/2021 e válida por quatro meses. -----
- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Gondomar – 1, a 17/05/2021, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser elaborado num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes, por assinatura digital válida em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 290 - D/99 de 02.08 e nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos. -----

O presente contrato produzirá efeitos a partir da data da oposição da última assinatura eletrónica. ----

O Primeiro Outorgante
O Vice-presidente da Câmara

Fernando Miguel Ramos
O Segundo Outorgante

Vitor Manuel Alves Barbosa

N.º de Registo: MGD 17233/ 2021

Documento assinado digitalmente. Quando impresso, o documento constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.